

SUMÁRIO

Lista de Abreviaturas	11
Nota do autor	13
Pressupostos metodológicos de análise	19
1. (Neo)Soberania funcionalizada pelos direitos humanos	23
1.1. <i>Etiologia constitucional dos direitos humanos: valor dignidade da pessoa humana</i>	23
1.2. <i>Direitos humanos em gerações: semântica histórico-pragmática</i>	26
1.3. <i>Direitos fundamentais: dogmatização dos direitos humanos</i>	28
1.4. <i>Universalidade relativista dos direitos humanos: caracteres de ponderação da (neo)soberania</i>	30
2. Direito internacional penal e crimes internacionais	39
2.1. <i>Direito penal internacional</i>	41
2.2. <i>Direito internacional penal</i>	46
3. Da juridicização à justicialização dos mecanismos de proteção da humanidade: Tribunal Penal Internacional	53
3.1. <i>Deontologia justicial</i>	57
3.1.1. <i>Princípio da jurisdição universal</i>	57
3.1.2. <i>Princípio da complementaridade</i>	59
3.2. <i>Tribunais 'ad hoc': predecessores recentes</i>	60
3.3. <i>Estatuto de Roma: compromisso formal contemporâneo</i>	64
3.4. <i>Composição da Corte</i>	65
3.5. <i>Titularidade acusatória</i>	65
3.6. <i>Competência</i>	67

3.6.1. <i>'Ratione materiae'</i>	67
3.6.1.1. <i>Crime de genocídio</i>	68
3.6.1.2. <i>Crime de guerra</i>	68
3.6.1.3. <i>Crime contra a humanidade</i>	69
3.6.1.4. <i>Crime de agressão</i>	72
3.6.1.5. <i>Terrorismo e tráfico internacional de drogas</i>	72
3.6.2. <i>'Ratione temporis'</i>	73
3.7. <i>Procedimento</i>	74
3.8. <i>Princípios de direito penal</i>	74
3.9. <i>Compatibilidade do Estatuto de Roma ao</i> <i>ordenamento jurídico brasileiro</i>	78
3.9.1. <i>Entrega de nacionais</i>	79
3.9.2. <i>Prisão perpétua</i>	80
3.9.3. <i>Imunidades 'propter officium'</i>	81
3.9.4. <i>Imprescritibilidade da persecução</i>	81
 4. Reflexos da (neo)soberania na reforma do judiciário brasileiro	 85
4.1. <i>Direito fundamental à jurisdição (universal) do Tribunal</i> <i>Penal Internacional</i>	85
4.2. <i>Federalização das graves violações aos direitos</i> <i>humanos</i>	86
4.2.1. <i>Situação prisional brasileira configura grave violação</i> <i>aos direitos humanos</i>	91
4.3. <i>Monismo (funcionalizado) e controle de</i> <i>convencionalidade</i>	92
 5. Conclusão	 98
 Referências	 101